



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

1

TERMO DE CONTRATO Nº
___/20___/SM___ FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA _____, PARA SERVIÇO
DE FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE
GESTÃO PÚBLICA INTEGRADAS, NO
MODO DE LICENÇAS DE USO, SEM
LIMITE DE USUÁRIO, NAS ÁREAS DE
SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO GERAL, EM
CONFORMIDADE COM O PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 052/2021.

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede administrativa, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL, Srº Deivid Moraes Mendes, inscrito no CPF sob nº 989.438.470-68, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____ com sede em _____, na Rua _____ nº _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____ inscrito no CPF sob o nº _____ na qualidade de representante legal, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 10.520/2002, dos decretos Municipal nº 9.329/2006, nº 9.294/2006, nº 9.546/2007, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo de contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada(s) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão públicas integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuários, nas áreas de Saúde e Administração Geral. Inclui ainda serviços complementares para migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem de cada solução em data center e todas as demais condições constantes deste Termo de Referência Anexo I – a este Termo e sob administração e responsabilidade da Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações - SMGAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DOS SERVIÇOS: O **CONTRATANTE** pagará, à **CONTRATADA**, pela execução do serviço objeto do presente Contrato o valor mensal de R\$ _____ (_____), totalizando o valor anual de R\$ _____ (_____).

a) Em caso de renovação de Contrato o Contratante pagará a Contratada o valor mensal de R\$ _____ (_____), totalizando o valor anual de R\$ _____ (_____).



CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 30(trinta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação da despesa.

Parágrafo Único: A liquidação da despesa dar-se-á uma vez ocorrido o recebimento definitivo do serviço por parte da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA- DO REAJUSTAMENTO: O reajuste do serviço seguirá os parâmetros definidos abaixo:

- a) Os valores que são previstos em Convenção Coletiva de Trabalho poderão ser reajustados segundo as variações da mesma, mesmo que ocorra em período inferior a 12 (doze) meses da apresentação da proposta.
- b) Os demais itens que não se enquadram nos valores acordados em Convenção Coletiva de Trabalho somente poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta, obedecendo a variação acumulada do IPCA-E no período.
- c) O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data de eventual prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- d) Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- e) Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
 - e.1- do término da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - e.2- do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
 - e.3- Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
 - e.4- É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
 - e.5- A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
 - e.6- Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e



Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida.

e.7- Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, obedecendo a variação acumulada do INPC.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização do presente contrato será feita pela Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL, a qual indicará servidor responsável.

CLÁUSULA SEXTA- DO SUPORTE TÉCNICO: Manter no mínimo 05 (cinco) técnicos de atendimento, residentes, em locais a serem determinados pela contratante, com objetivo de atender demandas urgentes dos usuários, visando o melhor funcionamento do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA: Além das obrigações contidas no Termo de Referência a contratada obriga-se a:

- a) Parametrizar e Customizar todos os aplicativos/softwarewares pertencentes ao objeto conforme os padrões exigidos pela legislação vigente e as necessidades operacionais e técnicas da CONTRATANTE;
- b) Executar os serviços técnicos profissionais com seu pessoal, com recursos tecnológicos e físicos disponibilizados para este fim, nas suas instalações ou em espaço previamente acordado com a CONTRATANTE, de acordo com o serviço a ser executado;
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências, dos erros ou falhas cometidas no decorrer da execução dos serviços, apontadas pelo CONTRATANTE;
- d) Garantir por um prazo de 12 (doze) meses, a partir do aceite final da CONTRATANTE, todas as manutenções corretivas decorrentes de erros ou falhas, sem ônus adicional. A garantia do serviço não se confunde com a garantia do CONTRATO regradada em item específico;
- e) Tratar como “segredos comerciais e confidenciais” todos os produtos e subprodutos relativos aos serviços contratados com relação aos dados do Município;
- f) Não divulgar informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive por atos de terceiros a serviço da CONTRATADA;
- g) Arcar com todos os custos necessários ao bom andamento dos trabalhos, especialmente de viagem, hospedagem e transporte dos seus funcionários;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas ou obrigações trabalhistas, previdenciária, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

**Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE**

4

- i) Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar os pagamentos de salários e arcar com as demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, inclusive responsabilidades decorrentes de acidentes, indenizações, substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE;
- j) Não se valer do CONTRATO a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- k) Arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE. Nos casos de danos, prejuízos, avarias ou subtração de bens, os valores correspondentes deverão ser descontados da(s) fatura(s) seguinte(s) da CONTRATADA, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no CONTRATO;
- l) Comunicar ao CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual;
- m) Não usar as informações sigilosas ou de uso restrito, quando tais atos forem praticados por quem tenha sido alocado à execução do objeto deste Termo de Referência, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal;
- n) Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura a ocasionar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a execução dos serviços;
- o) Efetuar o pagamento dos seguros, tributos, encargos sociais e de toda e qualquer despesa referente aos serviços contratados e dos documentos a eles relativos, se necessários;
- p) Responder adequadamente a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento do CONTRATO e da melhoria dos serviços executados;
- q) Cumprir os prazos estipulados nos cronogramas acordados e aprovados com a CONTRATANTE;
- r) Informar em tempo hábil ao CONTRATANTE toda ocorrência que esteja prejudicando a prestação dos serviços e o cumprimento dos níveis de serviços acordados;
- s) Aceitar que o CONTRATANTE possa rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as normas estabelecidas no CONTRATO;
- t) Aceitar que o CONTRATANTE possa solicitar, com justificativa, a substituição de qualquer profissional que considere inadequado para a função, cabendo à CONTRATADA a apresentação



de novo profissional no prazo necessário para que não haja descontinuidade ou prejuízo ao serviço prestado;

u) Aceitar que o CONTRATANTE poderá determinar a imediata retirada do local de trabalho do empregado que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, solicitando sua substituição imediata;

v) Manter, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação;

x) Manter backup das bases de dados das aplicações que estão sendo implantadas, realizando no mínimo uma cópia do sistema por dia, zelando pela integridade destas informações;

z) Cumprir o Acordo de Nível de Serviço estipulado estabelecido no Termo de Referência e no CONTRATO. Ficando sujeito a sanções em caso de descumprimento;

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE: Além das obrigações contidas no Termo de Referência o contratante obriga-se a:

a) Supervisionar e controlar os serviços executados, a fim de atestar as faturas apresentadas pela CONTRATADA;

b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas formas estabelecidas na cláusula quinta, deste contrato;

c) Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados aos serviços contratados;

d) Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização do objeto licitado;

e) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;

f) Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;

g) - Identificar quais os lotes e grupo de itens serão escolhidos para execução do serviço no município;

h) Nomear comissão de servidore(s) municipais responsável (is) pela fiscalização contratual e técnica do CONTRATO;

CLÁUSULA NONA — DO PREPOSTO: Manter em caráter permanente frente do CONTRATO, um preposto que, além de possuir os conhecimentos e a capacidade profissional



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

**Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE**

6

necessários ao atendimento aos serviços contratados, deverá ainda ter competência para resolver imediatamente todo e qualquer assunto relacionado com os mesmos;

Parágrafo Único: O preposto deverá além do previsto no Termo de Referência, ser capaz de:

- Atuar em todas as fases do projeto e/ou tarefas, avaliando o seu desenvolvimento e promovendo ações que assegurem o alcance das funcionalidades e dos produtos/serviços contratados;
- Prestar apoio técnico aos componentes da equipe da CONTRATANTE;
- Orientar e/ou executar o detalhamento de rotinas de sistemas em geral e definir a melhor utilização dos recursos de software e hardware disponíveis;
- Responder pela gestão dos técnicos alocados aos projetos, coordenando as tarefas executadas e em execução;
- Garantir a qualidade nas tarefas compatíveis com os padrões e normas utilizadas e definidas pelo CONTRATANTE;
- Repassar o conhecimento adquirido das tarefas previamente negociadas aos técnicos da CONTRATANTE que venham a desempenhá-las;
- Estar permanentemente à disposição do CONTRATANTE, nos dias úteis, no horário comercial;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03- Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações
01 – Complexo Técnico de Administração
04 – Administração
122 – Administração Geral
01 – Apoio Administrativo
2001 – Manutenção dos Serviços Administrativos
Desdobramento 3.3.90.40.00.00.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura podendo ser prorrogado mediante termo aditivo até atingir o prazo máximo previsto em lei (fundamento: artigo 57, IV, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PRAZOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser efetuados nos prazo descritos no Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

**Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE**

7

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO: Este Contrato poderá ser rescindido de acordo com os Arts 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão deste contrato implicará na retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ISSQN : Caso vencedora seja firma não estabelecida em Rio Grande, a mesma deverá providenciar sua inscrição do ISSQN junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA- DA OMISSÃO: Onde este contrato for omissa prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato, ou após a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA: A Contratada deverá, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de emissão da Ordem de Início da Prestação dos Serviços, sob pena de rescisão contratual, prestar garantia por uma das modalidades previstas no Art.56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado.

Parágrafo Primeiro: No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá, conforme o caso, ser ajustada à nova situação ou renovada, de forma proporcional e seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

Parágrafo Segundo: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Terceiro: A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do Contrato.

Parágrafo Quarto: - Satisfeitas as exigências contratuais, a garantia será liberada por ocasião do término do Contrato.

Parágrafo Quinto: No caso da garantia ser prestada na modalidade caução, deverá ser aplicada em conta remunerada.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

8

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, 09 de dezembro de 2019

Contratada

Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações

CC.: SMF/SMGAL/CONTRATADA

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE

9

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) Senhor(a).

_____e

o(a) senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do contrato

Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações

Rio Grande, XX de XXXXXXXX de 2021